

EDITAL Nº 2/2023/VLH - CGAB/IFRO, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023

PROCESSO SEI Nº 23243.000957/2023-01

DOCUMENTO SEI Nº 1842817

O DIRETOR-GERAL PRO TEMPORE DO *CAMPUS* VILHENA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, por meio da Coordenação de Assistência ao Educando, torna pública a ABERTURA deste Edital que versa sobre a concessão de auxílio financeiro através do Programa de Concessão de Auxílio Moradia – PROMORE destinado aos estudantes regularmente matriculados no(s) curso(s) técnicos de nível médio e graduação do IFRO em condições de vulnerabilidade socioeconômica oriundo de outras cidades/localidades ou da zona rural que necessite residir temporariamente na cidade de Vilhena para terem ampliadas suas condições de acesso, permanência e conclusão no curso.

1. DO PROGRAMA DE AUXILIO MORADIA-PROMORE

1.1. O Programa de Auxílio Moradia – PROMORE objetiva a viabilização de auxílio moradia ao estudante socioeconomicamente vulnerável oriundo de outras cidades ou da zona rural que necessite residir temporariamente no município sede do campus para terem ampliadas suas condições de acesso, permanência e conclusão no curso.

2. DOS OBJETIVOS

2.1. O presente Edital visa ofertar auxílios estudantis por meio da Política Nacional de Assistência Estudantil (Decreto 7.234/2010/PNAES) e do Regulamento dos Programas da Assistência Estudantil do IFRO (Resolução Nº23/REIT - CONSUP/IFRO, DE 26 DE MARÇO DE 2018), aos estudantes regularmente matriculados no(s) curso(s) técnicos de nível médio e graduação do campus Vilhena em condições de vulnerabilidade socioeconômica que necessitam de auxílio para contribuir na permanência e conclusão do curso.

2.2. Entende-se por vulnerabilidade socioeconômica o conjunto de incertezas, inseguranças e riscos, enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares e ao acesso e atendimento às necessidades básicas de bem-estar social, que envolve condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda e de bens de consumo, sendo que tal vulnerabilidade pode ser agravada em estudantes indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, com necessidades educacionais específicas, entre outros. (Resolução nº 23/ REIT-CONSUP/IFRO de 26 de março de 2018).

2.3. Entende-se por "oriundo de outras cidades/localidades ou da zona rural" o aluno que veio residir temporariamente na cidade de Vilhena exclusivamente para estudar no IFRO campus Vilhena, mantendo dependência financeira e vínculo afetivo com o grupo familiar da cidade/localidade ou zona rural de origem, sem a constituição de novo um grupo familiar seja por casamento e/ou interrupção da dependência financeira.

3. DOS AUXÍLIOS E VAGAS

3.1. Serão disponibilizados 13 auxílios estudantis, conforme o quadro a seguir:

AUXILIO E VAGAS				
Modalidades	Nº de vagas	Nº de parcelas	Valor Mensal	Valor Total
Cursos Técnicos Integrados e Subsequente Presenciais	05	10	R\$300,00	R\$15.000,00
Graduações Presenciais	08	10	R\$300,00	R\$24.000,00
				R\$39.000,00

3.2. Os valores dos auxílios serão concedidos conforme a ordem de classificação de pontuação neste Edital, que publicará uma lista única de classificação, da maior nota para a menor nota em cada modalidade.

3.3. O período de vigência será de Março a Dezembro de 2023, totalizando 10 parcelas do auxílio, podendo ser interrompido a qualquer momento caso haja indisponibilidade de recursos financeiros para sua continuidade.

3.4. O pagamento do auxílio será efetuado por meio de depósito em conta bancária pessoal do (a) estudante.

3.5. As vagas não preenchidas poderão ser remanejadas para outra modalidade ou Programa de Assistência Estudantil.

3.6. Havendo desistência de estudantes contemplados com estes benefícios, durante o período letivo, serão chamados os estudantes que se classificaram, mas não foram contemplados, e ficaram na lista de espera.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. São requisitos para concorrer ao PROMORE:

- Estar devidamente matriculado em cursos especificados no subitem 3.1 deste Edital e cursando no mínimo 03 disciplinas;
- Não ter impedimento jurídico ou inadimplência com a Instituição;
- Comprovar renda per capita familiar de até 1,5 salário mínimo mensal (ou seja, R\$ 1.953,00 por pessoas).

4.2. Caso o (a) estudante seja menor de idade, a inscrição deverá ser realizada pelos pais e/ou responsáveis, ciente do compromisso de informar corretamente os dados solicitados.

4.3. O comprovante de residência deverá estar no nome do (a) aluno ou responsável, em caso de imóvel alugado ou cedido deverá ser apresentado declaração de endereço (Anexo X) assinada pelo aluno ou pelos responsáveis para aluno menor de 18 anos acompanhada de (conta de água ou energia do imóvel atualizada).

4.4. As informações prestadas na inscrição, bem como a documentação apresentada, serão de inteira responsabilidade do (a) estudante e/ou seu responsável, estando sujeitos ao Art. 299 do Código Penal Brasileiro.

4.5. Para se inscrever o (a) estudante deverá:

- Preencher o formulário de inscrição disponível no site: suap.ifro.edu.br;
- Escanear os documentos descritos no ANEXO I e fazer a inserção dos mesmos no sistema de inscrição.

4.6. O estudante poderá concorrer a apenas uma vaga do total ofertado.

5. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

5.1. Para participar do Programa de Auxílio Moradia-PROMORE, o estudante deverá comprovar a renda *per capita* do grupo familiar de até 1,5 (um e meio) salário.

5.1.1. Por renda *per capita* considera-se: a soma dos rendimentos **brutos** obtidos mensalmente pelos membros do grupo familiar, composta por salários, proventos, pensões, pensões alimentícias, benefícios de previdência pública ou privada, comissões, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio e de eventuais pessoas jurídicas, **dividida** pelo número de pessoas que compõem o grupo familiar.

5.1.2. Grupo Familiar para cálculo da renda *per capita* considera-se: o grupo de pessoas composto por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliado por outros indivíduos que contribuem para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar.

5.2. Na Avaliação Socioeconômica, além da renda *per capita* de até 1,5 (um e meio) salário mínimo, serão considerados também outros fatores considerados critérios de medidas de vulnerabilidade social que inclui:

- a) Ser provenientes de escola pública;
- b) Doença crônica ou pessoa com deficiência no grupo familiar;
- c) Bens patrimoniais do grupo familiar;
- d) Vulnerabilidades temporárias
- e) Outras análises subjetivas a critério da CEAC.

5.3. A metodologia da Avaliação Socioeconômica para acesso aos Programas de Assistência Estudantil inclui: análise documental, e, se necessária, entrevista social ou visita domiciliar. Durante a análise documental poderá ser feito contato por telefone/whatsapp, e-mail dentre outros, para sanar dúvidas, solicitar documentação ausente ou complementar. Por isso é fundamental manter atualizados os meios de contatos junto ao IFRO campus Vilhena.

5.4. Os estudantes serão classificados conforme os critérios apresentados a seguir:

Critério	Pré-requisito
1	Comprovar pertencer à unidade familiar que possuir menor renda per capita. (Ver no item 5.6)
2	Comprovar ter cursado integralmente e exclusivamente o ensino fundamental e/ou médio no sistema público de ensino.
3	Famílias que possuem bens patrimoniais em que a soma não ultrapassem o valor de R\$ 20.000,00 (Ex. Imóveis, propriedade urbana/rural, carro, moto, investimentos financeiros).
4	Laudo Médico comprovando que o candidato ou membro da família com alguma deficiência ou doença crônica comprovada por laudo médico. *
5	Família participante de Programas Sociais do Governo Federal, Estadual ou Municipal com comprovação atualizada, tais como: Benefício de Prestação Continuada; Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados; Programa Nacional de Inclusão de Jovens e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou transferência condicionada de renda implementada por Estados, Distrito Federal ou Municípios.
6	Comprovar residência da família de origem em outra cidade/localidade ou zona rural.
7	Comprovar vulnerabilidades temporárias (Questões sociais e subjetivas a serem consideradas pela Comissão de acordo com o Decreto N° 6.307, de 14 de dezembro de 2007)
PONTUAÇÃO MÁXIMA	

*Considera-se pessoa com deficiência aquela identificada no Decreto n° 3.298/1999 e suas atualizações.

5.5. No caso do estudante não comprovar residência da família de origem em outra cidade/localidade ou zona rural, será eliminado do processo.

5.6. A pontuação referente ao critério 01 será computada da seguinte forma:

Critérios de renda	Pontuação
Igual a 0 salário mínimo	50 pontos
Até ¼ do salário mínimo por pessoa	40 pontos
De ¼ a ½ salário mínimo por pessoa	30 pontos
De ½ a 1 salário mínimo por pessoa	20 pontos
De 1 a 1 e ½ salário mínimo por pessoa	10 pontos
Acima de 1 e ½ salário mínimo por pessoa	DECLASSIFICADO

5.7. Para cálculo da renda per capita será levado em consideração a renda bruta familiar mensal, considerando o salário base e as gratificações permanentes, nos casos de trabalhadores assalariados.

5.8. Para cálculo da renda bruta familiar estão excluídos, de acordo com o Art. 7º, § 2º da Portaria 18, de 11 de outubro de 2012:

a) os valores percebidos a título de:

- Auxílios para alimentação e transporte;
- Diárias e reembolsos de despesas;
- Adiantamentos e antecipações;
- Estornos e compensações referentes a períodos anteriores;
- Indenizações decorrentes de contratos de seguros;
- Indenizações por danos materiais e morais por força de decisão judicial;

b) os rendimentos percebidos no âmbito dos seguintes programas:

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;
- Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados;
- Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem;
- Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência;
- Demais programas de transferência condicionada de renda implementada por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

5.9. O recebimento de qualquer valor proveniente de **pensão alimentícia** por qualquer um dos membros da composição familiar deverá ser considerado no cálculo de renda bruta familiar.

5.10. O pagamento de pensão alimentícia por qualquer um dos membros da composição familiar deverá ser excluído do cálculo de renda bruta familiar desde que haja comprovação atualizada.

5.11. No caso de haver empate, serão considerados os seguintes critérios sucessivamente:

- a) Comprovar pertencer à unidade familiar que possuir menor renda per capita;
- b) Maior número de pessoas na família;
- c) Ocorrência de pessoa com deficiência ou doença crônica no grupo familiar.

5.12. É de inteira responsabilidade do (a) candidato, acompanhar os períodos estipulados para inscrição, recursos, assinatura e envio do termo de compromisso e dos dados bancários, respeitando-se os prazos para cada etapa.

5.13. Será excluído do processo seletivo o (a) estudante que:

- a) Não cumprir com as condições previstas neste edital;
- b) Perder os prazos estabelecidos pelas convocações;
- c) Prestar informações falsas na inscrição.

6. DOS RESULTADOS

6.1. O Resultado Preliminar consiste na divulgação na página do IFRO <https://portal.ifro.edu.br/vilhena/editais/assistencia-estudantil> e redes sociais, da lista parcial de selecionados e de não selecionados com base no número de vagas disponíveis (conforme item 3.1), sendo passível de alterações após análise de recursos.

6.2. O Resultado Final consiste na divulgação da lista final de selecionados e de não selecionados na página do IFRO <https://portal.ifro.edu.br/vilhena/editais/assistencia-estudantil> e nas redes sociais, após análise dos recursos com base no número de vagas disponíveis, não sendo possível interpor recurso.

6.3. Em caso de desistência ou exclusão de algum selecionado, haverá em qualquer tempo, convocação imediata do (a) estudante seguinte no cadastro reserva, conforme ordem de classificação, sendo disponibilizado o auxílio do período de inserção do discente até a vigência deste edital.

7. DOS RECURSOS

7.1. É assegurado, após a divulgação dos Resultados Preliminares, o pedido de recurso, que deverá ser protocolado conforme cronograma previsto no Item 11 deste Edital e enviado para atendimento.caed@ifro.edu.br na Coordenação de Assistência ao Educando-CAED.

- 7.2. O requerimento de recurso deverá ser interposto exclusivamente pelo (a) estudante inscrito ou pelos pais ou responsáveis, para os menores de 18 anos.
- 7.3. Os recursos deverão ser devidamente preenchidos, fundamentados e instruídos, e serão dirigidos à Comissão de Elaboração de Editais, Análise e Concessão de Auxílios (CEAC).
- 7.4. Não será aceito recurso mediante inclusão, supressão e/ou alteração de documentos, bem como inserção de novos dados e/ou de membros familiares.
- 7.5. Eventuais recursos contra o Resultado Preliminar poderão alterar a classificação inicial dos estudantes após análise.
- 7.6. O resultado dos recursos será divulgado juntamente com o Resultado Final.
- 7.7. Não haverá a possibilidade de apresentação de contra recurso.

8. DO CADASTRO RESERVA

- 8.1. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de até 13 vagas, divididas conforme item 3.1;
- 8.2. Serão convocados TODOS os (as) estudantes inscritos dentro do número de vagas, ficando os (as) alunos classificados e não selecionados em cadastro reserva durante a vigência deste Edital.

9. DA ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO

9.1. Após a divulgação do resultado final de seleção os (as) estudantes selecionados serão convocados à assinar o Termo de Compromisso (Anexo) e enviar no SUAP, conforme cronograma, referente ao auxílio ofertado, conforme item 11 do presente Edital. Caso o (a) aluno seja menor de 18 anos, o termo de compromisso deverá ser assinado pelo aluno e por seu responsável legal.

- 9.2. O período para envio do Termo de Compromisso será conforme disposto no item 11 deste Edital.
- 9.3. Somente após a assinatura do Termo de Compromisso o (a) estudante estará apto ao recebimento do auxílio oferecido.
- 9.4. Juntamente com o Termo de compromisso o (a) estudante deverá enviar comprovante de abertura ou comprovante de titularidade de conta bancária (cartão ou extrato de conta). Não serão aceitas contas:

a). Com mais de um titular ou;

b) Abertas com CPF diferente do estudante beneficiário.

§1º O estudante selecionado ou responsável que não enviar o termo de compromisso assinado conforme item 11, caso não haja justificativa a ser analisada pela CEAC, o (a) estudante perderá o direito de recebimento do auxílio.

9.5. Durante o processo de pagamento dos auxílios financeiros havendo problemas nas contas bancárias, os (as) estudantes ou responsáveis serão notificados devendo sanar os problemas, ficando o pagamento retido até a resolução do caso.

10. DA PERMANÊNCIA NO PROGRAMA

10.1. O estudante, para garantir seus benefícios, deverá:

- a). Ter matrícula regular;
- b). Manter o desempenho acadêmico mínimo por bimestre, módulo ou etapa;
- c). Ter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) por bimestre, módulo ou etapa;
- d). Não ter sua condição socioeconômica alterada durante o período de concessão do auxílio, desde que descaracterize a condição de vulnerabilidade socioeconômica;

10.2. A qualquer tempo poderão ser efetuadas, pela CAED, através da Comissão de Elaboração de Editais, Análise e Concessão de Auxílios (CEAC), entrevistas, visitas domiciliares e/ou solicitação de documentação para acompanhamento da situação do (da) estudante beneficiado pelo programa e, quando necessário, será reavaliada a situação de vulnerabilidade social para continuidade na percepção do auxílio, apresentando as condições exigidas para o correto recebimento.

10.3. O auxílio concedido poderá ser cancelado em qualquer época, nas seguintes situações:

- a). Por solicitação do (da) próprio estudante;
- b). Pelo não cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Compromisso;
- c). Por abandono do curso, trancamento de matrícula, transferência para outro campus ou instituição de ensino;
- d). Conclusão do curso durante o período de vigência do benefício financeiro;
- e). Constatação de não veracidade das informações fornecidas pelo beneficiado;
- f). Quando a realidade socioeconômica do grupo familiar for alterada, descaracterizando a condição de vulnerabilidade socioeconômica do (da) estudante.

10.4. Denúncias de fraude e má-fé nas informações prestadas e documentos entregues poderão ser realizadas na Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) do Campus, no e-mail atendimento.caed.vilhena@ifro.edu.br, a qualquer tempo ou por meio da ouvidoria do IFRO <https://portal.ifro.edu.br/ouvidoria>.

10.5. Comprovada a má-fé ou omissão nas informações declaradas, o (a) estudante perde o direito ao recebimento do benefício financeiro podendo responder penalmente pelo uso indevido de recurso público.

10.6. A responsabilidade expressa no item 9.5 se aplica aos pais/responsáveis pelo (a) estudante menor de idade.

10.7. O estudante que for desligado do programa pelo não cumprimento dos critérios estabelecidos, terá prazo de 03 (três) dias úteis para recorrer da decisão.

10.8. O desligamento do programa, por solicitação do (da) estudante ou por determinação da Coordenação de Assistência ao Educando-CAED, será efetivado por meio de declaração de desligamento, assinada pelo próprio estudante e, ou por e-mail atendimento.caed.vilhena@ifro.edu.br caso persista o trabalho remoto, em caso de estudantes menores de 18 (dezoito) anos, pelos pais ou responsável legal.

10.9. Não se aplica o item 10.8 no que se refere a declaração de desligamento, em caso de dificuldades de contato com os estudantes e/ou seus pais/responsável.

10.10. Em caso de cancelamento do benefício de algum (a) estudante, deverá ser chamado o próximo classificado em cadastro reserva para concessão do auxílio.

11. DO CRONOGRAMA

11.1. O Processo Seletivo será realizado em conformidade com o seguinte cronograma:

EVENTO	D
Publicação do Edital	07/02
Período de Inscrição	08/02/2023
Análise da documentação pela equipe da CAED.	08/02/2023
Divulgação do Resultado Preliminar	06/03
Impetrar Recurso contra o Resultado Preliminar	07/03
Resultado Final	08/03
Período para os alunos/responsáveis assinar o termo de compromisso e enviar juntamente com os dados bancários no SUAP.	09/03/2023

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O estudante contemplado deverá comunicar imediatamente a CAED caso tenha a realidade socioeconômica do grupo familiar alterada, descaracterizando a condição de vulnerabilidade socioeconômica do estudante, podendo sofrer as sanções disciplinares previstas nas normas do IFRO, caso não comunique.

- 12.2. Caso o estudante e/ou seus responsáveis omita ou falte com a verdade, bem como não apresente(insira no SUAP) documentos autênticos para a comprovação das informações prestadas, responderá criminalmente pela infração, conforme legislação vigente.
- 12.3. Caso julgar necessário, a CEAC poderá solicitar documentação complementar, não especificada no edital, estipulando data para entrega pelo candidato, sob sua ciência.
- 12.4. A não apresentação da documentação de que trata o item 6, durante o período de inscrição, implicará no indeferimento do estudante no processo seletivo.
13. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 13.1. Este edital fica sujeito a alterações que serão divulgadas em notas complementares publicadas no site e afixadas no mural do Campus.
- 13.2. A inscrição do (da) estudante implicará conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste Edital e em outros que vierem a complementá-lo, das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 13.3. Os (as) estudantes bem como seus pais/responsáveis têm total garantia de sigilo das documentações e informações prestadas a Coordenação de Assistência ao Educando.
- 13.4. A qualquer tempo este Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou por falta de disponibilidade orçamentário-financeira, sem que isso implique direito de indenização de qualquer natureza.
- 13.5. As dúvidas e/ou omissões acerca do presente Edital serão dirimidas pela CAED, através da Comissão de Elaboração de Editais, Análise e Concessão de Auxílios (CEAC).
- 13.6. O presente edital entra em vigor a partir de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Alcécio Stiz, Diretor(a) Geral pro tempore**, em 07/02/2023, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1842817** e o código CRC **C860CCF5**.

ANEXO I RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. DOCUMENTAÇÃO GERAL

MEMBRO FAMILIAR	DOCUMENTOS
ALUNO MENOR DE 18 ANOS	Ficha de Composição da Renda Familiar – ANEXO II
	RG ou Certidão de Nascimento
	CPF
	Comprovação de Estado Civil (Certidão de Nascimento ou Casamento ou Declaração de União Estável (esta última tanto pode ser de companheiros conviventes); entre outros.
	Comprovante de residência da família de origem em outra cidade/localidade ou zona rural no nome do aluno ou responsável (Preferencialmente alugado ou cedido deverá ser apresentada declaração de endereço (ANEXO IX) assinada pelo aluno ou pelos responsáveis, para aluno menor de idade imóvel atualizada
	Comprovante de residência do aluno em Vilhena (Preferencialmente conta de luz, água ou telefone) acompanhada de declaração de endereço (ANEXO IX) assinada pelo aluno ou pelos responsáveis
	Declaração De Residência Da Família De Origem Em Outra Cidade/Localidade Ou Zona Rural ANEXO XI
	Declaração de Bens: O aluno deverá preencher declaração de Bens (ANEXO VIII do edital) e assinar ou se for menor de 18 anos deverá assinar o responsável legal
	Laudos médicos se houver deficiência ou doença crônica;
	Comprovante que algum membro do grupo Familiar receba benefícios governamentais (Bolsa Família, BPC, Auxílio emergencial, outros).
	Histórico Escolar ou declaração da escola de origem (Específico para os estudantes que informarem procedência de escola pública no momento da inscrição)

ALUNO MAIOR DE 18 ANOS	Ficha de Composição da Renda Familiar – ANEXO II
	Documento de Identificação com Foto: RG; CNH ou outro.
	CPF
	Comprovação de Estado Civil (Certidão de Nascimento/Casamento ou Declaração de União Estável (esta última tanto pode ser feita por conviventes); entre outros.
	Comprovante de residência da família de origem em outra cidade/localidade ou zona rural no nome do aluno ou responsável (Prefeitura alugado ou cedido deverá ser apresentada declaração de endereço (ANEXO IX) assinada pelo aluno. Comprovante de residência do aluno (Preferencialmente conta de luz, água ou telefone) acompanhada de declaração de endereço (ANEXO IX) assinada pelo aluno ou pelos responsáveis.
	Declaração De Residência Da Família De Origem Em Outra Cidade/Localidade Ou Zona Rural ANEXO XI
	Declaração de Bens: O aluno deverá preencher declaração de Bens (Anexo VIII do edital) e assinar.
	Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS a) página com a foto; b) página com os dados pessoais do trabalhador; c) página do último registro de contrato de trabalho e a página seguinte em branco (Caso não tenha nenhum registro em Carteira, xerox da página em branco). Observação: Quem não possuir Carteira de Trabalho basta acessar o documento gratuitamente através do aplicativo Carteira de Trabalho Digital na loja de aplicativos de celular pelo link https://servicos.mte.gov.br/ , e cadastra usuário e senha. Quem já possui Carteira de Trabalho física e queira acessar a Digital pode seguir o mesmo passo a passo acima.
	Declaração de Imposto de Renda: Todas as páginas e o recibo de entrega da última declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) ou emancipados; Para quem NÃO DECLARA imposto de renda, este comprovante pode ser obtido pelo link http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp Obs.: Caso o aluno for sócio ou proprietário de empresas ou microempresas ele deve apresentar também todas as páginas e o recibo de entrega de Pessoa Jurídica ou, em caso de empresa inativa, a baixa da firma;
	COMPROVANTE DE RENDA: Verificar no item 3 deste Anexo a DOCUMENTAÇÃO de comprovação de renda de acordo com cada página: Laudo médico se houver deficiência ou doença crônica; Comprovante que algum membro do grupo Familiar receba benefícios governamentais (Bolsa Família, BPC, Auxílio emergencial, outros).
PESSOA DO GRUPO FAMILIAR MENOR DE 18 ANOS	RG ou Certidão de Nascimento Laudo médico se houver deficiência ou doença crônica; Comprovante que receba benefícios governamentais (Bolsa Família, BPC, Auxílio emergencial, outros).
PESSOA DO GRUPO FAMILIAR MAIOR DE 18 ANOS	Documento de Identificação com Foto: RG; CNH ou outro. CPF Comprovação de Estado Civil (Certidão de Nascimento/Casamento ou Declaração de União Estável (esta última tanto pode ser feita por conviventes); dentre outros. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS a) página com a foto; b) página com os dados pessoais do trabalhador; c) página do último registro de contrato de trabalho e a página seguinte em branco (Caso não tenha nenhum registro em Carteira, xerox da página em branco). Observação: Quem não possuir Carteira de Trabalho basta acessar o documento gratuitamente através do aplicativo Carteira de Trabalho Digital na loja de aplicativos de celular pelo link https://servicos.mte.gov.br/ , e cadastra usuário e senha. Quem já possui Carteira de Trabalho física e queira acessar a Digital pode seguir o mesmo passo a passo acima. Declaração de Imposto de Renda: Todas as páginas e o recibo de entrega da última declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) ou emancipados; Para quem NÃO DECLARA imposto de renda, este comprovante pode ser obtido pelo link http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp Obs.: Caso a pessoa maior de 18 anos for sócio ou proprietário de empresas ou microempresas ele deve apresentar também todas as páginas de Pessoa Jurídica ou, em caso de empresa inativa, a baixa da firma; COMPROVANTE DE RENDA: Verificar no item 3 deste Anexo a DOCUMENTAÇÃO de comprovação de renda de acordo com cada página: Laudo médico se houver deficiência ou doença crônica; Comprovante que receba benefício governamental (Bolsa Família, BPC, Auxílio emergencial, outros).

2. DOCUMENTOS RELACIONADOS À RENDA DE TODOS OS MAIORES DE 18 ANOS:

ATENÇÃO!! Escolha uma das opções abaixo que se encaixe no perfil do aluno maior de 18 anos ou da pessoa do grupo familiar maior de 18 anos.

I-Trabalhadores Assalariados.

- Folha de Pagamento/contracheques (03 últimos meses: Novembro, Dezembro e Janeiro);

II-Profissionais Autônomos ou Liberais (Providenciar no mínimo 01 dos documentos abaixo):

- Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (DECORE), dos últimos três meses, onde consta a ocupação profissional, o valor do rendimento, a que mês se refere e com o nº de inscrição do técnico em contabilidade ou contador, junto ao órgão de classe (Conselho Regional de Contabilidade), que deverá emitir tal documento ou;
- Cópia do carnê mensal de contribuição do INSS, referente ao último três meses, quando for o caso;
- Extratos bancários dos últimos 03 meses, pelo menos, (caso receba os rendimentos por conta bancária).

III-Microempreendedor Individual - MEI

- Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (DECORE), dos últimos três meses, onde consta a ocupação profissional, o valor do rendimento, a que mês se refere e com o nº de inscrição do técnico em contabilidade ou contador, junto ao órgão de classe (Conselho Regional de Contabilidade), que deverá emitir tal documento ou;
- Declaração Anual do MEI;
- Guias de pagamento de contribuição previdenciária individual.

III-Proprietário ou sócio de Empresa ou Microempresas - ME, EPP etc.- (Providenciar no mínimo 01 dos documentos abaixo):

- a. Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (DECORE), dos últimos três meses e apresentar todas as páginas e o recibo de entrega da declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ou, em caso de empresa inativa, a baixa da firma;

IV-Trabalhador Rural (Providenciar no mínimo 01 dos documentos abaixo):

- Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos - DECORE ou;
- Documento emitido por órgãos oficiais (EMATER ou órgão equivalente, Sindicato dos Produtores Rurais, dentre outros), informando: nome do proprietário, RG, CPF e endereço; área e endereço da propriedade e de que maneira faz uso da terra (o que produz) e ainda qual a renda mensal ou;
- Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP);
- Notas fiscais atualizadas de vendas de produção agropecuária, caso não tenha IRPJ ou;
- Declaração de Renda conforme ANEXO IV;

V-Pessoa com renda proveniente de rendimentos de aluguel ou arrendamento de bens e imóveis (Providenciar no mínimo 01 dos documentos abaixo):

- Contrato de locação ou arrendamento devidamente registrado em cartório acompanhado dos três últimos comprovantes de recebimentos.
- Extratos bancários dos últimos 03 meses, pelo menos, (caso receba os rendimentos por conta bancária).
- Declaração de Renda (ANEXO V);

VI-Aposentados, pensionistas, beneficiários do auxílio-doença ou do Benefício de Prestação Continuada – BPC (Providenciar no mínimo 01 dos documentos abaixo):

- Comprovante atual do INSS contendo número do benefício, do que se trata o benefício e o valor do mesmo. O comprovante pode ser obtido através do link a seguir: <https://www.inss.gov.br> (ou na agência do INSS) ou;
- Extratos bancários dos últimos 03 meses, pelo menos, constando o valor do benefício creditado;

VII-Desempregados Sem renda e Trabalhadores Informais

- Declaração de Renda (ANEXO III) identificando ausência de renda ou renda por trabalho informal.

VII-Desempregados com Seguro desemprego

- Comprovante de recebimento de Seguro-Desemprego;
- Extratos bancários dos últimos 03 meses, pelo menos, constando o valor do Seguro.

VIII-Renda proveniente de pensão alimentícia

- Comprovante atualizado de recebimento da pensão alimentícia ou;
- Extratos bancários dos últimos 03 meses, pelo menos, caso receba a pensão por conta ou;
- Declaração de Renda (ANEXO VI) identificando renda por pensão alimentícia;

IX- Renda proveniente de ajuda de familiares e/ou terceiros:

- Declaração de Renda (ANEXO VII) identificando renda de Ajuda Financeira de familiares ou terceiros e;
- Extratos bancários caso o recebimento da ajuda for pela conta bancária.

ANEXO II

FICHA DE COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR

Favor preencher esta ficha no nome do Aluno

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, pertencente a um núcleo familiar de _____ (_____) pessoas, pleiteante a uma vaga no Programa de Auxílio Permanência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, **DECLARO** que a nossa renda familiar é constituída conforme discriminação abaixo (incluir o nome do aluno também na listagem):

Nº	Nome (somente o primeiro nome)	Idade	Parentesco com o aluno	Renda Bruta Mensal (R\$)		
				Antepenúltimo Mês	Penúltimo Mês	Último Mês
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						

DECLARO estar ciente de que as informações que estou prestando são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estarei sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no Parágrafo Único do Art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6/9/1979.

Vilhena/RO, _____ de _____ de 202

_____ Assinatura do Aluno	_____ Assinatura do Responsável* *(Em caso aluno menor de 18 anos)
------------------------------	--------------------------------------------------------------------------

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RENDA PARA DESEMPREGADOS SEM RENDA OU TRABALHADORES INFORMAIS

Eu, _____, portador (a) do RG _____, CPF _____, (especificar grau de parentesco com o aluno (a) _____ da (o) aluna (o) _____)

_____, regularmente matriculada (o) no IFRO Campus Vilhena, DECLARO para os devidos fins de direito que (Marque uma das opções abaixo que condiz com sua realidade):

Sou Trabalhador(a) Informal, desenvolvendo a atividade de: _____ com renda mensal média (baseada nos três últimos meses) de R\$ _____, e não possuo outros meios para comprovar.

Sou desempregado e não exerço nenhuma atividade remunerada e não possuo renda.

Declaro estar ciente das penalidades legais a que estou sujeito(a): Crime de Falsidade Ideológica - CÓDIGO PENAL BRASILEIRO: Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular. Autorizo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) a certificar as informações acima caso julgar necessário. Por ser esta expressão da verdade, firmo e assino a presente declaração para que a mesma produza seus efeitos legais e de direito.

Vilhena/RO, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do (a) Declarante

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE RENDA - TRABALHADOR RURAL**

Eu, _____, portador (a) do RG _____, CPF _____, (especificar grau de parentesco) _____ da (o) aluna (o) _____, regularmente matriculada (o) no IFRO-Campus Vilhena, DECLARO para os devidos fins de direito que sou Trabalhador Rural, com renda mensal de R\$ _____, e não possuo outros meios de comprovação de renda.

Declaro estar ciente das penalidades legais a que estou sujeito(a): Crime de Falsidade Ideológica - CÓDIGO PENAL BRASILEIRO: Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular. Autorizo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) a certificar as informações acima caso julgar necessário. Por ser esta expressão da verdade, firmo e assino a presente declaração para que a mesma produza seus efeitos legais e de direito.

Vilhena/RO, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do (a) Declarante

**ANEXO V
DECLARAÇÃO DE RENDA - PROVENIENTE DE RENDIMENTOS DE ALUGUEL**

Eu, _____, portador (a) do RG _____, CPF _____, (especificar grau de parentesco) _____ da (o) aluna (o) _____, regularmente matriculada (o) no IFRO-Campus Vilhena, DECLARO para os devidos fins de direito que sou Locador/Arrendatário de bens ou imóvel com renda mensal de R\$ _____, e não possuo outros meios para comprovar esse rendimento.

Declaro estar ciente das penalidades legais a que estou sujeito(a): Crime de Falsidade Ideológica - CÓDIGO PENAL BRASILEIRO: Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular. Autorizo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) a certificar as informações acima caso julgar necessário. Por ser esta expressão da verdade, firmo e assino a presente declaração para que a mesma produza seus efeitos legais e de direito.

Vilhena/RO, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do (a) Declarante

**ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE RENDA - PENSÃO ALIMENTÍCIA
(Caso não houver comprovante, essa declaração deve ser assinada pelo responsável que tiver a guarda do(s) menor(es))**

Eu, _____, portador (a) do RG _____, CPF _____, (especificar grau de parentesco) _____ da (o) aluna (o) _____, regularmente matriculada (o) no IFRO-Campus Vilhena, DECLARO para os devidos fins de direito que RECEBO pensão alimentícia no valor de R\$ _____ mensal, referente aos menores/dependentes:

1 _____
2 _____
3 _____

Declaro estar ciente das penalidades legais a que estou sujeito(a): Crime de Falsidade Ideológica - CÓDIGO PENAL BRASILEIRO: Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é

público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular. Autorizo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) a certificar as informações acima caso julgar necessário. Por ser esta expressão da verdade, firmo e assino a presente declaração para que a mesma produza seus efeitos legais e de direito.

Vilhena/RO, ____ de ____ de 2023.

Assinatura do (a) Declarante

**ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE RENDA-AJUDA DE FAMILIARES/TERCEIROS**

Eu, _____, portador (a) do RG _____, CPF _____, (especificar grau de parentesco) _____ da (o) _____, regularmente matriculada (o) no Curso Técnico/Subsequente/Graduação _____, ano/período, modalidade _____, no IFRO-Campus Vilhena, DECLARO para os devidos fins de direito que sou pessoa com renda proveniente de ajuda de familiares e/ou terceiros no valor de R\$ _____ Mensal, e não possuo outros meios para comprovar.

Declaro estar ciente das penalidades legais a que estou sujeito(a): Crime de Falsidade Ideológica - CÓDIGO PENAL BRASILEIRO: Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular. Autorizo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) a certificar as informações acima caso julgar necessário. Por ser esta expressão da verdade, firmo e assino a presente declaração para que a mesma produza seus efeitos legais e de direito.

Vilhena/RO, ____ de ____ de 2023.

Assinatura do (a) Declarante

**ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES**

Eu, _____, portador (a) do RG _____, CPF _____, aluno (a) regularmente matriculado (a) no IFRO Campus Vilhena, DECLARO para os devidos fins de direito que (Marque uma das opções abaixo que condiz com sua realidade):

O PATRIMÔNIO DO MEU GRUPO FAMILIAR É CONSTITUÍDO PELOS BENS ARROLADOS A SEGUIR:

Ord.	Descrição do bem/valores*	Valor
1º		R\$
2º		R\$
3º		R\$
4º		R\$
5º		R\$
6º		R\$
7º		R\$

*Considera-se bens e valores: Imóveis, propriedade urbana/rural, carro, moto, investimentos financeiros, joias, dentre outros.

MEU GRUPO FAMILIAR NÃO POSSUI BENS E VALORES.

Declaro estar ciente das penalidades legais a que estou sujeito(a): Crime de Falsidade Ideológica - CÓDIGO PENAL BRASILEIRO: Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular. Autorizo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) a certificar as informações acima caso julgar necessário. Por ser esta expressão da verdade, firmo e assino a presente declaração para que a mesma produza seus efeitos legais e de direito.

Vilhena/RO, ____ de ____ de 2023.

Assinatura do Aluno

Assinatura do Responsável Legal
(Para alunos menor de 18 anos)

**ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA**

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, regularmente matriculado (a) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Campus Vilhena, no Curso, de _____, DECLARO para os devidos fins que resido no endereço: AV/RUA: _____ N° _____ Bairro _____ Município _____ Estado _____

Vilhena/RO, ____ de ____ de 2023.

Assinatura do Aluno

Assinatura do Responsável Legal

ANEXO X TERMO DE RESPONSABILIDADE DOS PAIS/RESPONSÁVEIS (Para alunos menor de 18 anos)

Eu, _____, portador do RG nº _____ emitido por _____ CPF nº _____, declaro PARA TODOS OS EFEITOS, relacionados ao Programa de Auxílio Moradia - PROMORE que o estudante _____ encontra-se sob minha responsabilidade. Afirmando estar ciente de que a expressão "PARA TODOS OS EFEITOS" compreende todos os atos praticados por este estudante fora do ambiente escolar, ficando o IFRO Campus completamente ISENTO de responsabilidade em decorrência dos atos que o mesmo vier a praticar.

Vilhena/RO, ____/_____/2023.

Assinatura do Responsável

Assinatura do Aluno

ANEXO XI**DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA DE ORIGEM EM OUTRA CIDADE/LOCALIDADE OU ZONA RURAL**

Pelo presente instrumento, eu _____ estudante regularmente matriculado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Campus Vilhena, no Curso _____, declaro que o meu grupo familiar reside em outra cidade/localidade ou zona rural e eu necessito residir temporariamente na cidade de Vilhena para terem ampliadas minhas condições de acesso, permanência e conclusão no curso.

Endereço da Cidade/localidade ou zona rural em que o grupo familiar reside:

Endereço na Cidade de Vilhena onde o aluno Reside:

Vilhena/RO, ____/_____/2023.

Assinatura do Responsável

Assinatura do Aluno

ANEXO XII**TERMO DE ADESÃO, COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE**

Pelo presente Instrumento, formaliza adesão, compromisso e responsabilidade, o aluno (a) _____ CPF, _____ regularmente matriculado (a) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, *Campus* Vilhena, no Curso, de _____ comprometendo a respeitar e cumprir as exigências estabelecidas no edital nº ____ de 07 de Fevereiro de 2023 referente ao Programa de Auxílio Moradia-PROMORE e no Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil – REPAAE. Declaro que estou ciente que deverei: Manter atualizados meus dados bancários e números de contatos; Usar o valor recebido para os fins especificados no Edital; Informar a CAED em casos de abandono do curso ou trancamento de matrícula, pois os valores recebidos indevidamente serão devolvidos ao Erário Público por meio de Guia de Recolhimento da União-GRU estando sujeito ao desligamento e medidas legais cabíveis, acaso descumpra-as.

Declaro ainda que todas as informações prestadas no processo de análise socioeconômico são verdadeiras. E que a manutenção do auxílio fica vinculada ao comprometimento com a frequência escolar e ao desenvolvimento escolar/acadêmico sendo possível, em caso de infrequência escolar e/ou baixo desempenho acadêmico, a suspensão ou o cancelamento do auxílio mediante análise da CEAC.

Fico ciente, que no processo de pagamento do auxílio financeiro havendo problemas na conta bancária, o aluno ou responsável será notificado devendo sanar os problemas, ficando o pagamento retido até a resolução do caso.

Vilhena/RO ____/_____/2023.

Assinatura do aluno

Assinatura do Responsável
(aluno menor de 18 anos)

RODRIGO ALECIO STIZ